



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes
CNPJ:	14.823.518/0001-30
Endereço:	Av. Conselheiro João Gaya, 295 – Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3342-3838
E-mail:	atendimento@navegantesprev.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantesprev.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Gisele de Oliveira Fernandes
CPF	976.888.000-72
Cargo/Função	Diretora Presidente
Período de gestão	de julho de 2019 a dezembro de 2019
Ato Nomeação e data	Portaria nº 1816 de 01 de julho de 2019
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	R. Honorato Coelho da Rocha, 563, apto 201 – Centro / Navegantes / SC
E-mail	gisele.fernandes@navegantesprev.sc.gov.br

Nome	Jan Ullrich
CPF	831.939.799-53
Cargo/Função	Diretor Presidente
Período de gestão	de fevereiro de 2014 a junho de 2019
Ato Nomeação e data	Portaria nº 185 de 5 de fevereiro de 2014
Ato Exoneração e data	Portaria nº 1804 de 1 julho de 2019
Endereço Residencial	R. Felix Gaya, 103 – Centro/Navegantes/SC
E-mail	jan.ullrich@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

O Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, possui os seguintes conselhos vinculados a entidade:

Nome do conselho	Conselho Administrativo
Fonte legal:	Portaria nº 1849 de 03 de julho de 2019.
Quantidade de Membros Governamentais	6
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	0
Data da Última Reunião	16 de dezembro de 2019

Nome do conselho	Conselho Fiscal
Fonte legal:	Portaria nº 1849 de 03 de julho de 2019.
Quantidade de Membros Governamentais	3
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	0
Data da Última Reunião	20 de dezembro de 2019

Nome do conselho	Comitê de Investimentos
Fonte legal:	Portaria nº 36 de 22 de julho de 2019.
Quantidade de Membros Governamentais	5
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	0
Data da Última Reunião	09 de dezembro de 2019

O Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, possui na sua estrutura organizacional:

Título do Cargo	Lei de Criação do Cargo	Quantidade Legal	Quantidade Ocupada
Diretora Presidente	Lei 100/2011	1	1
Assessor Financeiro 40h	Lei 100/2011	1	1
Contador Previdenciário 40h	Lei 206/2011	1	1
Procurador Autárquico Previdenciário 40h	Lei 206/2011	1	1
Secretária Recepcionista 40h	Lei 206/2011	1	1
Técnico Administrativo Financeiro 40h	Lei 206/2011	2	1
Técnico Administrativo Previdenciário 40h	Lei 206/2011	2	2
Motorista 40h	Lei 206/2011	1	0

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 99 de 23 de maio de 2011.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 99/2011 foi alterada pelas seguintes legislações:

Lei Complementar Nº 101/2011 de 27/06/2011 (Norma revogada)

Lei Complementar Nº 125/2011 de 02/12/2011 (Norma revogada)

Lei Complementar Nº 152/2012 de 25/05/2012 (Norma revogada)

Lei Complementar Nº 168/2013 de 18/01/2013 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 227/2014 de 25/11/2014 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 244/2015 de 16/06/2015 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 267/2015 de 23/11/2015 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 279/2015 de 11/12/2015 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 295/2016 de 29/03/2016 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 306/2016 de 13/06/2016 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 311/2016 de 28/11/2016 (Norma em vigor)

Lei Complementar Nº 356/2019 de 16/12/2019 (Norma em vigor)

Ainda, quanto as finalidades do NAVEGANTESPREV, cabe ao Instituto conceder os benefícios de aposentadorias e pensões, conforme preceitua o art. 2º da Lei Complementar nº 99/2011:

Art. 2º O RPPS de Navegantes visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os Segurados, compreendendo um conjunto de benefícios cuja finalidade é garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada e morte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2013).

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
0.799	Reserva Orçamentária do RPPS	23.000.000	23.000.000			
1.061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	220.000	220.000			
2.117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.430.000	1.837.200	1.277.984	1.257.612	1.256.950
2.118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	11.015.000	11.865.000	11.841.221	11.841.221	11.841.221
2.120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	315.000	515.000	480.938	480.938	391.125
2.121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	50.000	50.000	13.680	13.680	13.680
Total Geral		36.030.000	37.487.200	13.613.823	13.593.450	13.502.976

Situação metas físicas:

Cód. Ação	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
0.799	Reserva Orçamentária do RPPS	1	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.
1.061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	125	Área Construída	MT2	0	0%
2.117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	4	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.
2.118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	274	Aposentados e Pensionistas	UN	297	108%
2.120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.
2.121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	36	Beneficiários	UN	49	136%

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	6	6	6	6	6	6	4	4	4	5	5	5
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Serv. Ocup. de cargo/emprego em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente												
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	9	9	9	9	9	9	6	7	7	8	8	8

Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	32.216	30.380	31.975	35.839	33.569	33.020	17.378	26.438	28.012	30.846	31.341	54.099	385.112
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Municipal ou por RPPS	Quantidade (Final do Exercício)	Despesa Anual da Folha de Pagamento
Aposentadorias civis	218	R\$ 9.667.646
Pensões por morte	79	R\$ 2.160.601
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)		
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)		
Total	297	R\$ 11.828.247

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Cargo	Remuneração/Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
Conselho Deliberativo:					
Presidente do Conselho	R\$ 9.304				R\$ 9.304
Secretário do Conselho	R\$ 7.443				R\$ 7.443
Membro do Conselho	R\$ 5.582				R\$ 5.582
Conselho Fiscal:					
Presidente do Conselho	R\$ 9.304				R\$ 9.304
Secretário do Conselho	R\$ 7.443				R\$ 7.443
Membro do Conselho	R\$ 5.582				R\$ 5.582
Total	R\$ 44.657	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 44.657

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2019 por parte desta unidade gestora.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0	0	30.800,00	30.800,00
Tomada de Preço	0	0	41.105,29	41.105,29
Pregão Presencial	0	22.388,83	40.563,60	62.952,43
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	35.864,24	222.567,63	258.431,87
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	0	0
Inexigibilidade de Licitação	0	0	1.352,30	1.352,30
Total	0	58.253,07	336.388,82	394.641,89

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Diário Oficial dos Municípios” CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 4077 de 20 de dezembro de 2018 Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Dispensa de Licitação Nº 182/2015 PMN Contrato Nº 263/2015 Termo Aditivo 313/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Leis Municipais” Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 2.008 de 13 de setembro de 2016 Patrícia Gualberto - (Titular)
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 200, nº 200 Bairro Andurinha, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Inexigibilidade de Licitação Nº 96/2015 PMN Contrato Nº 131/2015 Termo Aditivo 305/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício com esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2020.

Gisele de Oliveira Fernandes

Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes